

CONCURSO PÚBLICO

CÓDIGO D86	PROVA V	ATENÇÃO VERIFIQUE SE CÓDIGO E PROVA DESTE CADERNO DE QUESTÕES CONFEREM COM O SEU CARTÃO DE RESPOSTAS
MANHÃ		



AUDITOR DE SISTEMAS DE SAÚDE

CARGO: AUDITOR DE SAÚDE

FUNÇÃO: CONTADOR

FRASE PARA EXAME GRAFOLÓGICO (TRANSCREVA NO QUADRO DE SEU CARTÃO DE RESPOSTAS)

“O homem deixou de respeitar a si mesmo quando perdeu o respeito por seu semelhante.”

José Saramago

A T E N Ç Ã O

1. O **Caderno de Questões** contém questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E).
2. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** seu nome, número de inscrição, data de nascimento, cargo e prova. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
3. A prova objetiva terá duração de 4:00 horas, incluído neste tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas**.
4. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas**, por erro do candidato.
5. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
6. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
7. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 1 hora contada do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
8. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** caso permaneça na sala até 1 hora antes do término da prova.
9. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões** e no **Cartão de Respostas**. Qualquer outro tipo de anotação será motivo de eliminação automática do candidato.
10. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
11. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
12. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas**. Não esqueça seus pertences.
13. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site www.funcab.org, conforme estabelecido no Cronograma.

Realização:



BOA PROVA

CONHECIMENTOS GERAIS

- Língua Portuguesa

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

Cura e entretém

Duas vezes por dia, pela manhã e pela tarde, o aparelho de videogame era instalado no quarto de Lucas Savaris Morcelli, 14 anos, na unidade de terapia intensiva do Hospital Vita, em Curitiba. Durante as sessões de meia hora cada uma, o garoto jogava beisebol ao mesmo tempo em que fazia exercícios sob orientação do fisioterapeuta. Ele precisava sincronizar a respiração com o movimento de rebater a bola virtual. A gameterapia se estendeu pelas duas semanas que Lucas permaneceu na UTI. O adolescente sofre de fibrose cística, doença genética crônica que causa excesso de secreção nos pulmões. O jogo ajudou Lucas a ampliar sua capacidade pulmonar e também lhe fortaleceu os músculos e a autoestima. “Melhorei muito no beisebol. Agora, faço mais de 10 pontos. Meu pai não joga comigo porque sabe que vai perder”, diz.

Hoje, uma dezena de pacientes da UTI do hospital paranaense frequenta sessões de gameterapia. Quando surgiram, nos anos 80, os videogames eram acusados de incentivar o sedentarismo. Essa visão sofreu uma reviravolta nos últimos três anos, com o lançamento de jogos equipados com sensores de movimento, que transformam o corpo do jogador em joystick. Como eles transferem os movimentos do jogador para a ação do game na tela, é preciso deixar o sofá para dar raquetadas em bolas de tênis ou chutar bolas virtuais. Por isso o console Wii, da Nintendo, e o jogo Eye Toy do PlayStation 2, da Sony, são bons exercícios físicos. A utilização terapêutica desses games começou dois anos atrás no Canadá. Hoje ocorre em pelo menos cinco outros países como complemento na reabilitação de pacientes com sequelas de derrames cerebrais ou vítimas de doenças degenerativas, como Parkinson.

O pioneiro no Brasil foi o Hospital Vita, em março. A reação dos pacientes foi entusiástica. “Nunca tinha visto pacientes tão afoitos para fazer exercícios”, diz Esperidião Elias Aquim, chefe do serviço de fisioterapia do hospital. As primeiras experiências, por sinal, foram realizadas com o console de Wii que o fisioterapeuta trouxe de casa. Depois de dez meses de uso, Aquim não tem dúvida sobre os benefícios da gameterapia para pacientes internados na UTI. Ele descobriu igualmente alguns riscos. “O esforço físico, somado à empolgação dos pacientes, pode fazer a pressão sanguínea subir perigosamente”, diz Aquim. Um dos jogos mais usados nos hospitais de todo o mundo é o Wii Fit. Ele tem 48 exercícios, orientados por um treinador virtual, para a tonificação de músculos, atividades aeróbicas, ioga e treinos de equilíbrio. O jogador fica numa pequena plataforma e dirige seu personagem virtual com movimentos do corpo.

No início de dezembro, o Instituto de Reabilitação Lucy Montoro, em São Paulo, começou a testar o Wii na terapia com hemiplégicos, pessoas com os movimentos de um lado do corpo limitados por um derrame. Muitas vezes os problemas para andar decorrem da dificuldade enfrentada pelos pacientes quando é preciso transferir o peso de uma perna para a outra – exatamente o que eles aprendem a fazer sobre a pequena plataforma do jogo. Os resultados no Lucy Montoro têm sido animadores, sobretudo pela capacidade do game de estimular a determinação do paciente. Na fisioterapia tradicional, os hemiplégicos realizam movimentos repetitivos e monótonos com pesos e aparelhos especiais. O videogame não substitui essas técnicas, mas faz com que os exercícios fiquem mais divertidos. Em Israel, o Eye Toy do Playstation 2 está sendo usado como uma espécie de

analgésico para vítimas de queimaduras extensas. “Os pacientes ficam de tal forma hipnotizados pelo jogo que a sensação de dor diminui”, disse a VEJA o cirurgião plástico Josef Haik, do Sheba Medical Center, próximo a Tel-Aviv. “Como o videogame é um passatempo divertido, os fisioterapeutas conseguem exercitar os pacientes por mais tempo e atingir melhores resultados”, completa. Uma vantagem adicional do videogame é que a terapia pode continuar em casa, com a assistência de um fisioterapeuta, depois do paciente ter alta do hospital.

(Juliana Cavaçana, in Revista Veja, 13 de jan. de 2010)

1. Assinale a única opção que NÃO tem apoio no texto.

- A) Sincronizar a respiração com as tacadas do jogo de beisebol na tela é exercício empregado pelo Hospital Vita, em Curitiba, para melhorar as condições de pacientes com insuficiência pulmonar.
- B) A empolgação causada por games, como o Eye Toy do PlayStation 2, é responsável pela diminuição da sensação de dor em alguns pacientes.
- C) Cada projeto a ser implantado em hospitais brasileiros vem importado de experiências efetivamente testadas com sucesso em hospitais estrangeiros.
- D) O uso de uma plataforma para treinos de equilíbrio, tonificação de músculos, atividades aeróbicas e ioga têm ajudado pacientes vítimas de derrame.
- E) Utilizado com bons resultados em hospitais como fisioterapia para recuperar a força e o equilíbrio de pacientes, o videogame tem a vantagem de ser divertido.

2. Assinale a opção em que o pronome pessoal oblíquo tem o mesmo valor semântico do grifado em:

“O jogo ajudou Lucas a ampliar sua capacidade pulmonar e também lhe fortaleceu os músculos e a autoestima.”

- A) Entregou-lhe o aparelho?
- B) Escutaste-lhe a voz?
- C) Recebeu-nos com carinho.
- D) Indiquei-lhe este tratamento.
- E) Encontraram-no na UTI.

3. De acordo com o texto, apenas uma das alternativas abaixo NÃO procede. Aponte-a.

- A) Todo um projeto implantado num hospital pode partir da iniciativa de um único médico.
- B) O uso da nova terapia continua sendo mais eficiente em pacientes jovens e mais experientes em jogos de computador.
- C) Os videogames, antes criticados por incentivar o sedentarismo, deixam de ser usados apenas para diversão e encontram função terapêutica em hospitais.
- D) O uso do aparelho com funções terapêuticas precisa de supervisão profissional porque pode provocar efeitos colaterais nos pacientes.
- E) A fisioterapia com videogame acaba por ter influência positiva na autoestima dos pacientes.

<p>4. De acordo com o texto, a grande vantagem da utilização terapêutica do videogame é:</p> <p>A) substituir a presença de médicos e terapeutas em UTIs. B) poder ser utilizado fora das unidades de tratamento intensivo. C) permitir a transferência de pacientes da UTI para outras alas do hospital. D) obrigar os pacientes a não serem sedentários. E) fazer com que os pacientes se empenhem nos exercícios.</p>	<p>9. Marque a opção em que a palavra grifada foi INCORRETAMENTE empregada.</p> <p>A) O fisioterapeuta <u>infringiu</u> as normas do hospital. B) As veias do paciente estavam <u>dilatadas</u>. C) O médico pediu <u>dispensa</u> por alguns dias. D) Ele fez uma <u>discrição</u> dos problemas enfrentados pelo paciente. E) Aquela situação não tinha mais <u>conserto</u>.</p>
<p>5. Assinale a opção em que a oração grifada expressa a mesma ideia da destacada em:</p> <p>“<u>Como eles transferem os movimentos do jogador para a ação do game na tela</u>, é preciso deixar o sofá para dar raquetadas em bolas de tênis ou chutar bolas virtuais.”</p> <p>A) <u>Como diziam os médicos</u>, ele realmente precisava dos exercícios. B) Ninguém sofria tanto <u>como aquela mãe chorosa</u>. C) O pai saiu triste do quarto, <u>como quem não veria mais o filho</u>. D) <u>Como estava doente</u>, precisava de acompanhamento médico. E) A família escondeu a dor <u>como pôde</u>.</p>	<p>10. Em que opção o pronome pessoal oblíquo átono foi, de acordo com a norma culta da língua, INCORRETAMENTE colocado?</p> <p>A) Referiam-se a uma nova técnica. B) Esperamos que ele se entenda com a nova direção. C) Ninguém se preocupava com aqueles novos pacientes. D) Em se tratando dos pacientes, ele dava a última palavra. E) Diria-se que a nova terapia ajudou na recuperação dos pacientes.</p> <p>- Conhecimentos de Administração Pública e Realidade Ética, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás e do Brasil</p>
<p>6. O elemento grifado em: “Os pacientes ficam de tal forma <u>hipnotizados</u> pelo jogo que a sensação de dor diminui”, significa:</p> <p>A) sono. B) igual. C) voz. D) próprio. E) alma.</p>	<p>11. Segundo a Lei nº 8.666 de 1993 é correto afirmar que:</p> <p>A) concorrência é a modalidade de licitação somente entre quaisquer interessados que, na fase final de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto. B) tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados cadastrados ou não, e que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação. C) convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse, com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas. D) concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias. E) leilão é a modalidade de licitação somente para interessados cadastrados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no Art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.</p>
<p>7. Assinale a opção que completa correta e respectivamente os espaços da frase abaixo.</p> <p>Sua objeção ___ contratação do novo fisioterapeuta restringia-se ___ exigências salariais do candidato, e não ___ capacidade profissional que ele apresentava.</p> <p>A) a - às - à. B) a - as - à. C) à - às - à. D) a - a - a. E) à - as - a.</p>	
<p>8. Indique a opção em que a palavra grifada é um pronome demonstrativo.</p> <p>A) “...exatamente <u>o</u> que eles aprendem a fazer sobre a pequena plataforma do jogo.” B) “<u>Muitas</u> vezes os problemas para andar decorrem da dificuldade enfrentada pelos pacientes...” C) “A gameterapia se estendeu pelas duas semanas <u>que</u> Lucas permaneceu na UTI.” D) “O jogo ajudou Lucas a ampliar <u>sua</u> capacidade pulmonar...” E) “Hoje ocorre em pelo menos cinco <u>outros</u> países...”</p>	

12. De acordo com a Constituição Federal de 1998, marque a alternativa correta.

- A) Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais. Lei complementar disporá sobre: a livre concorrência para integração de regiões em desenvolvimento e a composição dos organismos regionais que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes.
- B) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá somente aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.
- C) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical e o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.
- D) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo poder judiciário.
- E) As funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

13. Marque a alternativa correta segundo a constituição do Estado de Goiás.

- A) A administração pública direta e fundacional obedecerão aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, lealdade e publicidade.
- B) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e da remuneração, com duração de 90 dias é um direito da servidora pública do estado de Goiás.
- C) É direito do servidor público civil, a reciclagem com cursos de formação e profissionalização sem discriminação de sexo em qualquer área ou setor.
- D) É direito do servidor público civil a licença paternidade, nos termos da constituição do estado.
- E) É direito do servidor público civil remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em quarenta por cento à do normal.

14. Com relação ao período da mineração do século XVIII no estado de Goiás, é correto afirmar que:

- A) a mineração foi um fracasso, pois não conseguiu competir com as jazidas auríferas do Rio de Janeiro.
- B) até 1750 a mineração foi lucrativa, já de 1751 a 1770 se tornou arriscada e após 1770 ruínosa.
- C) a mineração foi muito lucrativa durante todo o século XVIII.
- D) a mineração não se desenvolveu devido à escassez de mão de obra qualificada.
- E) jagunços e coronéis entravaram a mineração do estado de Goiás.

15. Marque a alternativa correta.

- A) O estado de Goiás cresce rapidamente a partir de 1940 com a construção de Goiânia, a campanha nacional da "Marcha para o Oeste", culminando com a construção de Brasília na década de 50, imprimindo um progresso acelerado ao estado.
- B) A construção da cidade de Goiânia não teve muito impacto no crescimento de Goiás. Seu desenvolvimento só se estabeleceu com a construção de Brasília, em meados da década de 60.
- C) Podemos afirmar que a construção de Brasília não teve tanta importância, pois o estado de Goiás já se desenvolvera com a construção de Goiânia. Este sim foi o grande marco do centro-oeste brasileiro.
- D) O grande marco do centro-oeste brasileiro foi a construção de Brasília no final da década de 60, trazendo desenvolvimento e progresso para o interior do país.
- E) As construções de Brasília e Goiânia foram importantes, porém o estado de Goiás já tinha seu progresso estabelecido desde o período da mineração.

- Conhecimentos de Saúde Pública

16. Após a Reforma Sanitária, diversas mudanças nos modelos de enfrentamento de problemas de saúde no Brasil vêm ocorrendo. O modelo "sanitarista", correspondente à Saúde Pública institucionalizada no país no século passado, tem como característica:

- A) abranger aspectos biopsicossociais.
- B) contemplar a integralidade da atenção à saúde.
- C) apresentar cunho predominantemente curativo.
- D) ser universal e estar voltado para o atendimento da "demanda espontânea".
- E) estar baseado na realização de campanhas e em programas especiais.

17. As instituições privadas podem participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS). No que se refere a essa participação, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O SUS poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada, quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área.
- B) A participação complementar dos serviços privados será formalizada mediante contrato ou convênio, observadas, a respeito, as normas de direito público.
- C) As entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos terão preferência para participar do SUS.
- D) Os serviços contratados submeter-se-ão às normas técnicas e administrativas e aos princípios e diretrizes do SUS, mantido o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.
- E) Aos proprietários, administradores e dirigentes de entidades ou serviços contratados é permitido exercer cargo de chefia ou função de confiança no SUS.

<p>18. A definição de Distritos de Saúde em municípios de grande densidade populacional e/ou extensão territorial é uma ferramenta que está relacionada à que diretriz do Sistema Único de Saúde?</p> <p>A) Participação social. B) Equidade. C) Regionalização. D) Intersetorialidade. E) Integração.</p>	<p>23. De acordo com o Caderno de Informações de Saúde do DATASUS, o grupo de agravos responsável pela maioria dos óbitos na faixa etária entre 15 e 19 anos no território nacional, no ano de 2006, foi o referente às:</p> <p>A) doenças infecciosas e parasitárias. B) causas externas. C) doenças do aparelho respiratório. D) doenças do aparelho digestivo. E) neoplasias.</p>
<p>19. A participação da comunidade na gestão do SUS se dá por meio dos Conselhos de Saúde e das Conferências de Saúde. Com relação aos Conselhos de Saúde, podemos afirmar que:</p> <p>A) são órgãos colegiados deliberativos. B) reúnem-se a cada quatro anos. C) avaliam a situação de saúde. D) contam com a representação das indústrias de tecnologias da saúde. E) a representação dos usuários corresponde a 25% do conjunto de participantes.</p>	<p>24. O acompanhamento pré-natal tem como objetivo verificar e diagnosticar doenças e alterações que possam comprometer a saúde materna e fetal. Diversos estudos brasileiros constataram que o número de consultas realizadas no pré-natal tem relação direta com o grau de escolaridade das mães. Com relação a estes estudos, as variáveis analisadas foram obtidas de que sistema de informação?</p> <p>A) SINASC. B) SI-PNI. C) SINAN. D) SIM. E) SIH/SUS.</p>
<p>20. Em relação ao Sistema Único de Saúde (SUS), é atribuição comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:</p> <p>A) formar consórcios administrativos intermunicipais. B) definir e coordenar o sistema de vigilância epidemiológica. C) elaborar e atualizar periodicamente o plano de saúde. D) estabelecer normas e executar a vigilância sanitária de portos. E) executar serviços de saúde do trabalhador.</p>	<p>25. A frequência de casos novos de uma determinada doença, ou problema de saúde, oriundos de uma população sob risco de adoecimento, ao longo de um determinado período de tempo, denomina-se:</p> <p>A) morbidade. B) incidência. C) letalidade. D) prevalência. E) transmissibilidade.</p>
<p>21. A Conferência Estadual de Saúde tem como um de seus objetivos:</p> <p>A) controlar a execução da política de saúde no Estado. B) disseminar as definições do Ministério da Saúde. C) auditar os relatórios financeiros da Secretaria Estadual de Saúde. D) propor as diretrizes para a formulação da política de saúde para o Estado. E) formular estratégias para atuação da Secretaria Estadual de Saúde.</p>	<p>26. Uma característica de um sistema de informações em saúde é:</p> <p>A) fornecer resultados de natureza administrativa. B) ser alimentado pelos prestadores de serviços. C) ter metodologia de análise complexa. D) ser capaz de facilitar o planejamento de ações e serviços. E) utilizar apenas informações quantitativas.</p>
<p>22. Segundo o modelo da História Natural da Doença de Leavell e Clark (1976), é uma ação de promoção da saúde:</p> <p>A) a vacinação contra rubéola. B) o tratamento antimicrobiano para pneumonia. C) o tratamento fisioterápico após Acidente Vascular Encefálico (AVE). D) a alimentação saudável. E) a realização de mamografia em mulheres a partir de 40 anos.</p>	<p>27. Um medicamento, assim como um procedimento, apresenta determinadas características em suas capacidades. Aquela que define o resultado observado quando esse medicamento é utilizado em condições reais é denominada:</p> <p>A) efetividade. B) eficiência. C) otimização. D) eficácia. E) estabilidade.</p>

28. Indicadores de saúde podem ser utilizados de várias formas. Os dados não trabalhados, designados como valores absolutos, podem ser utilizados para:

- A) avaliar o impacto de uma intervenção em saúde.
- B) comparar a situação de saúde de diferentes populações.
- C) analisar a evolução dos coeficientes.
- D) estimar o número de leitos necessários para atender determinada população.
- E) determinar a eficiência de um serviço.

29. São diretrizes para a Gestão do Trabalho no Sistema Único de Saúde, EXCETO:

- A) a política de recursos humanos para o SUS é um eixo estruturante.
- B) a política de recursos humanos para o SUS deve buscar a valorização do trabalho e a humanização das relações de trabalho.
- C) as contratações devem ser definidas segundo os conceitos de eficiência financeira e de “Estado mínimo”.
- D) os processos de negociação entre gestores e trabalhadores através da instalação de Mesas de Negociação devem ser estimulados.
- E) as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde devem envidar esforços para a criação ou fortalecimento de estruturas de recursos humanos.

30. O Pacto pela Vida é o compromisso entre os gestores do Sistema Único de Saúde em torno de prioridades que apresentam impacto sobre a situação de saúde da população brasileira. Estão entre as prioridades pactuadas, EXCETO:

- A) saúde do idoso.
- B) controle do câncer do colo de útero e da mama.
- C) fortalecimento da atenção básica.
- D) promoção da saúde.
- E) redução da mortalidade por acidentes de trânsito.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. De acordo com o item VIII (Formalização dos Processos de Auditoria) do Manual de Normas e Processos de Auditoria da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, toda Auditoria se inicia com a formalização de um processo administrativo. De acordo com esse item do Manual, os processos de auditorias são classificados como:

- A) ordinários e/ou extraordinários, sendo extraordinários quando decorrentes de denúncias ou requisições emanadas por órgãos públicos e sendo ordinários os demais.
- B) ordinários e/ou extraordinários, sendo extraordinários os decorrentes de denúncias e sendo ordinários os decorrentes de requisições de órgãos públicos e demais casos.
- C) ordinários e/ou extraordinários, sendo ordinários quando decorrentes de denúncias ou requisições emanadas por órgãos públicos e sendo extraordinários os demais casos.
- D) ordinários e/ou extraordinários, sendo ordinários quando decorrentes de requisições de órgãos públicos e sendo extraordinários os decorrentes de denúncias e demais casos.
- E) ordinários e/ou extraordinários, sendo ordinários os decorrentes de denúncias e sendo extraordinários os decorrentes de requisições de órgãos públicos e demais casos.

32. De acordo com o item VI (Códigos de Ética e Auditoria) do Manual de Normas e Processos de Auditoria da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, os Códigos de Ética das diversas categorias profissionais são parâmetros fundamentais destinados a nortear a conduta profissional quanto a um determinado conjunto de aspectos.

Considere os seguintes aspectos:

- I. Sigilo.
- II. Imperícia, imprudência ou negligência.
- III. Responsabilidade pelo ato profissional.
- IV. Consentimento prévio do paciente.
- V. Elaboração do prontuário do paciente.
- VI. Manuseio de prontuário.
- VII. Informações do quadro clínico ao paciente.

Pode-se afirmar que no item Códigos de Ética Auditoria do Manual supracitado estão descritos:

- A) apenas cinco desses aspectos.
- B) apenas os I, II, IV, V e VII.
- C) apenas os I, II, III, IV, V.
- D) todos esses aspectos.
- E) apenas seis desses aspectos.

33. A Lei Estadual nº 13.849, de 05 de julho de 2001, criou o cargo de Auditor do SUS em Goiás para as seguintes categorias profissionais: Biomedicina, Farmácia-Bioquímica, Enfermagem, Odontologia, Medicina, Ciências Contábeis e Direito. De acordo com a referida Lei, com relação aos requisitos para o cargo de auditor, é vedado ao auditor participar como:

- A) contratado para prestar serviço em qualquer entidade que preste serviço no âmbito do SUS.
- B) pesquisador em qualquer entidade que preste serviço no âmbito do SUS.
- C) acionista ou sócio-cotista em qualquer entidade que preste serviço no âmbito do SUS.
- D) profissional contratado para prestar serviço em unidade de saúde do Estado de Goiás.
- E) acionista ou sócio-cotista em entidade que preste serviço do SUS no Estado de Goiás.

34. De acordo com o Manual de Normas e Processos de Auditoria da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, os itens a seguir são possíveis classificações quanto à execução das Auditorias, EXCETO:

- A) auditoria prospectiva – com caráter preventivo procura detectar situações de alarme para evitar problemas.
- B) auditoria retrospectiva – avalia resultados e corrige as falhas.
- C) auditoria prévia – com caráter preventivo procura detectar situações de alarme para evitar problemas.
- D) auditoria concorrente – acontece durante um fato ou processo para acompanhar a execução das atividades e garantir a qualidade do produto.
- E) regular ou ordinária – realizada em caráter de rotina, é periódica, sistemática e previamente programada, com vistas à análise e verificação das fases específicas de uma atividade, ação ou serviço.

35. De acordo com o Manual de Glosas do Sistema Nacional de Auditoria, a prática de atos ilegais ou ilegítimos ocasiona:

- A) apenas ressarcimento ao erário.
- B) apenas responsabilização dos autores.
- C) recomendação de correção do procedimento, responsabilização dos autores e envio para o Ministério Público.
- D) recomendação ao gestor de correção do procedimento realizado e ressarcimento ao erário.
- E) apenas envio para o Ministério Público.

36. O Sistema Nacional de Auditoria – SNA, previsto na Lei Federal nº 8.080/1990, foi instituído pelo artigo 6º da Lei Federal 8.689/1993. Conforme previsto no Art. 12 da Lei Federal 8.689/1993, o gestor do Sistema Único de Saúde em cada esfera de governo apresentará, ao conselho de saúde correspondente e em audiência pública nas câmaras de vereadores e nas assembleias legislativas respectivas, para análise e ampla divulgação, relatório detalhado contendo, dentre outros, dados sobre o montante e a fonte de recursos aplicados, as auditorias concluídas ou iniciadas no período, bem como sobre a oferta e produção de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada. Tal obrigação tem a periodicidade:

- A) mensal.
- B) bimestral.
- C) trimestral.
- D) semestral.
- E) anual.

37. De acordo com o Regulamento do Sistema Único de Saúde aprovado pela Portaria GM nº 2.048/2009, os Estados que não cumprirem as responsabilidades definidas para a forma de gestão em que se encontrarem habilitados estarão passíveis de desabilitação. Além disso, pode ocorrer a suspensão imediata dos repasses financeiros a ser transferidos, fundo a fundo, do Ministério da Saúde para os Estados. Um dos motivos que pode acarretar essa suspensão é:

- A) não pagamento aos prestadores de serviços sob sua gestão, antes do Ministério da Saúde ter efetuado o crédito na conta bancária do Fundo Estadual de Saúde e disponibilizado os arquivos de processamento do SIH/SUS.
- B) relatoria de auditoria realizada pelos componentes nacionais do SNA, apontando alguma irregularidade.
- C) atraso na alimentação dos Bancos de Dados Nacionais obrigatórios.
- D) existência de municípios que não firmaram o Pacto da Atenção Básica.
- E) não pagamento aos prestadores de serviços sob sua gestão, até o quinto dia útil, após o crédito na conta bancária do Fundo Estadual de Saúde e estando disponibilizados os arquivos de processamento do SIH/SUS.

38. Conforme descrito no Art. 35 do Regulamento do Sistema Único de Saúde, o financiamento do SUS se divide em 5 blocos:

- A) Vigilância em Saúde; Saúde da Família; Atenção Básica; Assistência Farmacêutica; Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.
- B) Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; Vigilância em Saúde; Saúde da Família; Atenção Básica e Gestão do SUS.
- C) Atenção Básica; Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; Vigilância em Saúde; Assistência Farmacêutica e Gestão do SUS.
- D) Atenção Básica; Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; Vigilância em Saúde; Saúde Bucal e Gestão do SUS.
- E) Atenção Básica; Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; Vigilância em Saúde; Assistência Farmacêutica e Saúde Bucal.

39. De acordo com o disposto no Regulamento do SUS, um dos componentes do Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – MAC é:

- A) o incentivo relativo à Adesão à Contratualização dos Hospitais de Ensino, dos Hospitais de Pequeno Porte e dos Hospitais Filantrópicos.
- B) o incentivo relativo aos Centro de Especialidades em Atenção Psicossocial.
- C) o incentivo à Participação e Controle Social.
- D) o incentivo à reestruturação dos Hospitais-Colônia de Hanseníase.
- E) a implantação de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador.

40. De acordo com o determinado no Regulamento do Sistema Único de Saúde, o Componente Piso da Atenção Básica Variável (PAB Variável) é constituído por recursos financeiros destinados ao financiamento de estratégias, realizadas no âmbito da Atenção Básica em saúde, tais como:

- A) Saúde da Família, Agentes Comunitários de Saúde e consultas em atenção básica.
- B) Saúde Bucal, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e Saúde da Família.
- C) Compensação de Especificidades Regionais, Incentivo de Integração do SUS.
- D) Saúde Bucal e Incentivo para a Atenção à Saúde no Sistema Penitenciário.
- E) Incentivo para a Atenção Integral à Saúde do Adolescente em conflito com a lei, em regime de internação e internação provisória, e Centro de Especialidades Odontológicas – CEO.

41. De acordo com o disposto no Regulamento do SUS, o incentivo relativo à Adesão à Contratualização dos Hospitais de Ensino, dos Hospitais de Pequeno Porte e dos Hospitais Filantrópicos é um componente do:

- A) Fundo de Ações Estratégicas e Compensação – FAEC.
- B) Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – MAC.
- C) Incentivo de Integração do SUS - INTEGRASUS.
- D) Teto Financeiro de Vigilância em Saúde – TFVS.
- E) Piso da Atenção Básica Variável (PAB Variável).

42. Conforme o disposto na Portaria GM nº 2.209/2002 que dispõe sobre a instituição do Sistema de Auditoria, SISAUD, no âmbito do Sistema Nacional de Auditoria (SNA), o SISAUD tem por objetivo geral a sistematização do acompanhamento, do controle e da produção das informações decorrentes das atividades de auditoria do componente:

- A) federal do SNA e dos componentes estaduais e municipais habilitados para tal fim.
- B) federal do SNA, não sendo utilizado pelos componentes estaduais e municipais.
- C) estadual e municipal do SNA, não sendo utilizado pelo componente federal.
- D) estadual do SNA, não sendo utilizado pelo componente federal e municipal.
- E) estadual e municipal do SNA, podendo no futuro ser utilizado pelo componente federal.

43. Hospitais que também prestem atendimento ambulatorial devem informar sua produção mensal através:

- A) do Sistema Integrado de Informatização de Ambiente Hospitalar – HOSPUB.
- B) do Sistema de Informações Hospitalares – SIH.
- C) do Sistema de Informações Hospitalares e do Sistema de Informações Ambulatoriais – SIA.
- D) de qualquer Sistema de Faturamento.
- E) do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Medicamentos – SIGTAP.

44. De acordo com o conteúdo do Regulamento Funcional da Superintendência de Controle e Avaliação Técnica de Saúde de Goiás, pode-se afirmar que o Componente Estadual do Sistema Nacional de Auditoria em Goiás é:

- A) a Superintendência de Controle e Avaliação Técnica de Saúde.
- B) a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.
- C) a Gerência de Auditoria, integrante da Superintendência de Controle e Avaliação Técnica de Saúde.
- D) a Coordenação Regional de Auditoria, integrante da Superintendência de Controle e Avaliação Técnica de Saúde.
- E) a Secretaria Estadual de Auditoria em Saúde.

45. De acordo com as Orientações Técnicas sobre o Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) e o Sistema de Informações Hospitalares (SIH) é correto afirmar que, quando se realiza uma auditoria operativa hospitalar:

- A) se for realizada em unidades com menor volume de AIHs o percentual da amostragem de AIH testadas será menor do que naquelas unidades com volume maior de AIHs.
- B) se for verificado, no andamento da auditoria, a incidência de irregularidades superior a 40% (quarenta por cento), do universo que está sendo analisado, o percentual de amostragem deverá ser estendido para 80% (oitenta por cento).
- C) durante a realização de inspeção “*in loco*”, deve se observar a manutenção dos padrões mínimos adotados no acondicionamento, higienização e pré-preparo dos alimentos, assim como conforto, segurança e conservação das áreas, utensílios e equipamentos do serviço de nutrição.
- D) durante a programação do trabalho é necessário que se determine o percentual de amostragem dos documentos a ser examinado, o qual poderá variar entre 10% e 100%.
- E) durante a realização de inspeção “*in loco*”, na etapa Organização Hospitalar verifica-se toda a estrutura e organização do hospital, utilizando para tanto os roteiros de Visita Hospitalar, de Auditoria em Psiquiatria, de Visita Ambulatorial, de Atividade Específica e de Serviços de Enfermagem.

46. De acordo com o Regulamento Funcional da Superintendência de Controle e Avaliação Técnica de Saúde de Goiás, as ações do processamento, regulação, a avaliação, o controle e auditoria previstos neste regulamento se dão:

- A) de forma contínua, substituindo a fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas, Ministério da Saúde, Municípios e Ministério Público.
- B) de forma esporádica, complementando a fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas, Ministério da Saúde, Municípios e Ministério Público.
- C) de forma contínua, complementando a fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas e substituindo a fiscalização exercida pelo Ministério da Saúde, Municípios e Ministério Público.
- D) de forma contínua e permanente, sem prejuízo da fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas, Ministério da Saúde, Municípios e Ministério Público.
- E) de forma esporádica, substituindo a fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas, Ministério da Saúde, Municípios e Ministério Público.

47. De acordo com o Manual de Normas e Processos de Auditoria da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, Auditorias Prospectiva ou Prévia, Retrospectiva e Concorrente são classificações quanto:

- A) à forma.
- B) ao planejamento.
- C) à origem da demanda.
- D) ao resultado da auditoria.
- E) à execução.

48. A Portaria nº 2.048/2009 que aprova o Regulamento do Sistema Único de Saúde (SUS), aprova uma minuta de Termo de Compromisso para Garantia de Acesso, a ser utilizado entre as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde visando a garantia de acesso da população referenciada por outros municípios aos serviços de saúde localizados no Município. De acordo com essa minuta, revisar e realizar ajustes na programação físico-financeira das referências, de forma a assegurar o acesso da população a todos os níveis de atenção, de acordo com a periodicidade e critérios estabelecidos é um compromisso:

- A) da Secretaria Estadual de Saúde.
- B) da Gerência de Auditoria da Secretaria Estadual de Saúde.
- C) das Secretarias Municipais de Saúde.
- D) conjunto das Secretarias Municipais de Saúde e Secretaria Estadual de Saúde.
- E) do Ministério da Saúde.

49. Os critérios de aplicação dos recursos de Compensação de Especificidades Regionais devem:

- A) ser pactuados nas Comissões Intergestores Tripartite – CIT e levados ao conhecimento do plenário da Comissão Intergestores Bipartite – CIB.
- B) atender a especificidades estaduais e municipais e ser transferidos mediante atos normativos específicos do Ministério da Saúde.
- C) ser pactuados nas Comissões Intergestores Bipartite – CIB e levados ao conhecimento do plenário da Comissão Intergestores Tripartite – CIT.
- D) ser pactuados nas Comissões Intergestores Tripartite – CIT e atender a especificidades estaduais.
- E) ser transferidos mediante ato normativo específico do Ministério e atender a especificidades estaduais e municipais.

50. Auditoria Operativa consiste em:

- A) atividades que abrangem áreas de controle, fiscalização orçamentária, financeira e contábil, avaliação técnica da atenção à saúde, avaliação de resultados e comprovação de qualidade, desempenhadas junto aos gestores do SUS, conforme requisitos mínimos estabelecidos pela legislação vigente.
- B) procedimentos especializados que consistem na análise de relatórios, processos e documentos visando avaliar se os serviços ou sistemas de saúde atendem as normas e padrões previamente definidos.
- C) atividades com caráter preventivo que procura detectar situações de alarme para evitar problemas.
- D) verificação de processos e documentos comparados aos requisitos legais/normativos que regulamentam o SUS e atividades relativas à área de saúde através do exame direto dos fatos, documentos e situações.
- E) processo para acompanhar a execução das atividades e garantir a qualidade do produto.

51. No que se refere Receita Corrente Líquida – RCL e seu respectivo período de apuração, definidos nas disposições preliminares (Art. 2º) da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101/2000), pode-se afirmar que:

- A) as transferências correntes compõem a RCL e, no que se refere ao período de apuração, será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.
- B) a RCL é igual ao somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços e outras receitas sem quaisquer deduções e, no que se refere ao período de apuração, será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.
- C) não há deduções na composição da RCL e, no que se refere ao período de apuração, será apurada somando-se as receitas arrecadadas no ano civil anterior, excluídas as duplicidades.
- D) o somatório das receitas tributárias e a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social são somados na apuração da RCL e, no que se refere ao período de apuração, será apurada somando-se as receitas arrecadadas no ano civil anterior, excluídas as duplicidades.
- E) a conceituação de RCL é válida apenas para a União e Estados, a apuração da RCL para os Município é regida por outra lei, no que se refere ao período de apuração, será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

52. A Lei nº 4.320/64 em seu Título IX (da Contabilidade), dentre outras coisas, define por meio de anexos, a organização e as contas que compõem cada um dos demonstrativos (Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais). O lançamento referente ao resultado patrimonial e o lançamento referente às receitas e despesas classificadas como extraorçamentárias, são registrados:

- A) no Balanço Financeiro e no Balanço Orçamentário, respectivamente.
- B) no Balanço Patrimonial e no Balanço Orçamentário, respectivamente.
- C) na Demonstração das Variações Patrimoniais e no Balanço Financeiro, respectivamente.
- D) na Demonstração das Variações Patrimoniais e no Balanço Patrimonial, respectivamente.
- E) no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais, respectivamente.

53. Sobre administração, assinale a alternativa correta.

- A) A tolerância ao erro é uma forma de medição ineficiente que jamais deve ser utilizada.
- B) O critério mais simples para avaliar a eficácia de um processo, organização ou sistema é a produtividade.
- C) A antítese da eficiência é o desperdício.
- D) Ao entregar um relatório no tempo certo você foi eficiente, porém pode não ter sido eficaz.
- E) O planejamento garante a eficiência e a eficácia.

54. A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101/2000) em suas disposições preliminares define como empresa estatal dependente:

- A) sociedade cuja maioria do capital social sem direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da federação e, que receba do ente controlador recursos financeiros para aumento de participação acionária.
- B) sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da federação e, que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral.
- C) qualquer sociedade que receba do ente da federação controlador recursos financeiros para aumento de participação acionária.
- D) qualquer sociedade que receba do ente da federação recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital.
- E) sociedade cujo capital social com direito a voto tenha a participação, mesmo que minoritária, de ente da federação.

55. Conforme a Lei nº 8.666/93 a comissão permanente de licitação:

- A) pode ser renovada para o período subsequente com a recondução da totalidade do seus membros.
- B) responde solidariamente pelos atos praticados, sem exceções.
- C) é obrigatória no caso de concurso.
- D) deve ser constituída por no mínimo três membros, onde pelo menos dois devem pertencer aos quadros da administração pública responsável pela licitação.
- E) poderá ser substituída por servidor formalmente designado pela autoridade competente em todos os casos que compreendam a modalidade de convite.

56. Conforme a NBC T 11, que trata das normas de auditoria independente das demonstrações contábeis, no que se refere à descoberta de fraude ou erro em um processo de auditoria, o auditor independente:

- A) deverá comunicar a administração por meio de nota explicativa.
- B) tem a obrigação de comunicar à administração da entidade, entregando como provas os seus papéis de trabalho.
- C) tem a obrigação de comunicar à administração da entidade somente ao final de seus trabalhos.
- D) deve informá-los em seu parecer mesmo que corrigidos.
- E) tem a obrigação de sugerir medidas corretivas.

57. O processo administrativo de organização de uma empresa deve ser dividido em etapas. O que deve ser definido inicialmente?

- A) A definição da autoridade.
- B) A divisão do trabalho.
- C) A definição das responsabilidades.
- D) O desenho da estrutura organizacional.
- E) Um modelo de competências.

58. A NBC T 11 define os procedimentos de auditoria como o conjunto de técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas. Para tanto, os auditores, utilizam testes:

- A) substantivos, checando se o controle interno estabelecido pela organização tem relação direta com o resultado da conciliação.
- B) substantivos, nos procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração.
- C) de observância, que podem ser de revisão analítica dos papéis de trabalho.
- D) de observância, que visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade.
- E) substantivos, em transações e saldos.

59. A Constituição Federal de 1988 – CF/88 em seu Capítulo II (das Finanças Públicas), dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). No que se refere à organização dada pela CF/88 é correto afirmar que:

- A) o Plano Plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- B) a Lei Orçamentária Anual compreenderá metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei de Diretrizes Orçamentárias, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- C) a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- D) os planos e programas nacionais previstos na Constituição serão elaborados em consonância com o Plano Plurianual (PPA), os planos regionais e setoriais não possuem esta obrigatoriedade.
- E) a LDO compreenderá: o orçamento fiscal, o orçamento de investimentos e o orçamento da seguridade social.

60. As Resoluções CFC n.º 750/93, CFC n.º 774/94 e CFC n.º 1.111/07 dispõem sobre os princípios fundamentais da contabilidade. Entretanto, um destes princípios mereceu especial atenção e, desta forma, foi tratado individualmente na resolução CFC N.º 900/01 que dispõe exclusivamente sobre a aplicação do Princípio da Atualização Monetária. No que se refere a este princípio a resolução CFC N.º 900/01:

- A) determina que a aplicação do deste princípio é compulsória quando a inflação anual for de 100% ou mais.
- B) determina nova avaliação.
- C) afirma que o princípio deve substituir, em alguns casos, o princípio do Registro pelo Valor Original.
- D) determina que a aplicação compulsória deste princípio deverá ser amplamente divulgada nas notas explicativas às demonstrações contábeis.
- E) considera que a aplicação do princípio está atrelada aos parâmetros que se referem aos níveis inflacionários.